

**ATA DA 59ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 11 e 12/03/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior (jader.junior@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Célia Cristina Moura Pimenta (celiacristina@ana.gov.br)
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: (aguardando indicação)
Ministério de Minas e Energia: Ana Salett Pereira Marques (anasalett@dnpm.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: (ausência)
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@alternex.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Airtón Bodstein de Barros (bodstein@vm.uff.br)

CONVIDADOS:

Cristina Campos Esteves – DNPM/MME (cristinaesteves@hotmail.com)
Ivana Pinheiro Coelho – CONJUR/MME (ivana.coelho@mme.gov.br)
Juliana Nóbrega Dantas (juliananobre@ig.com.br)
Lucila Massae Hayashi – Eletrobrás (lucila@eletrobras.com)
Marcelo Jaques Martins – Eletrobrás (mjm@eletrobras.com)
Marcelo Taylor de Lima – CNI (mtaylor@cni.org.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas – CFLCL (vargasma@terra.com.br)
Maria Bebiãna Castanho – Min. Transportes (bebiãna1@ig.com.br)
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)
Pedro Carlos Pociotti – ANA (pedro@ana.gov.br)
Reginaldo Pereira Miguel – ANA (reginaldo@ana.gov.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Rosalliny Pinheiro Dantas – DNPM/MME (rosalliny@dnpm.gov.br)
Valter Otaviano Jr. – CONJUR/MMA (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 11/03/2004

Início: 9:30 h

Término: 17:00 h

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de março de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 59ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Externou seu pesar pelo falecimento do Dr. Fábio Ramos e enalteceu seu trabalho e contribuições importantes para a gestão de recursos hídricos no País. Noticiou sobre o novo integrante desta CT, o segmento das organizações técnicas e de ensino e pesquisa, na oportunidade representado pelo Dr. Airtón Bodstein, assumindo a vaga anteriormente ocupada pelo segmento dos prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Falou também sobre a publicação, decorrente da Moção CNRH nº 20, da Portaria MMA nº 45 (**Anexo II**), de 4 de março de 2004, que instituiu Grupo de Trabalho interministerial com a finalidade de propor ações visando solucionar questões operacionais decorrentes da cobrança pelo uso da água. Deu ciência sobre o recém encaminhamento, pelo MMA, à Casa Civil da Presidência da República, do processo que propõe alteração no Decreto nº 4.613, de 2003, de forma a permitir o custeio da participação das organizações civis nas atividades do CNRH. Leu, em seguida, Ofício encaminhado pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB (**Anexo III**) que, dentre outros assuntos, solicitava o agendamento de reunião para discussão conjunta das sugestões ao PL

nº 1.616, de 1999, principalmente dos seus Capítulos IV e VI. A proposta foi aceita e o Dr. Julio Thadeu ficou de entrar em contato com o Presidente da CTCOB para agendamento de data conveniente, além de dar conhecimento do estágio atual dos trabalhos da CTIL relativos ao PL. Aproveitando a oportunidade, externou sua posição favorável à solicitação de uma reunião extraordinária do CNRH para tratar exclusivamente das propostas ao PL nº 1.616, com data a ser definida no início do mês de maio, dependendo dos prazos pretendidos pelo Dep. João Pizzolatti, relator do assunto no âmbito da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, para conclusão do seu substitutivo. Houve concordância dos presentes quanto ao proposto. A Dra. Ninon solicitou registro sobre prêmio internacional que premia grandes ativistas de direitos humanos no mundo, anunciado na sede das Nações Unidas, que foi recebido pela Dra. Joenia Wapichana, primeira advogada indígena do sexo feminino do país; parabenizou-a também pelo trabalho de luta e participação no Conselho Indígena de Roraima. Comentou ainda sobre documento enviado aos membros da CT contendo ofício enviado pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) ao Presidente do BNDES (**Anexo IV**), manifestando desacordo com algumas das políticas e programas do Banco relacionados a grandes projetos de infra-estrutura no Brasil e em outros países. Após debates sobre o tema, ficou acertado o seu envio para análise no âmbito da CT de Análise de Projeto. Em seguida, passou-se ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 58ª reunião da CTIL, o que ocorreu com modificações solicitadas pela Dra. Célia Cristina e pela Dra. Ana Salett. Nesse momento, a Dra. Maria Luiza solicitou inversão na ordem de pauta, com a abordagem do item 7. O Dr. Julio Thadeu comentou que o pedido viria de encontro à pretensão de se priorizar, neste primeiro dia de reunião, a análise dos itens de pauta a serem dirigidos para deliberação superior da Plenária do CNRH em sua XIII Reunião Extraordinária. Assim sendo, partiu-se para a análise do item 7 da pauta: análise da proposta de moção referente à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro, encaminhada pelo Conselheiro Mauro Viegas. A Dra. Maria Luiza disse que essa Lei estaria ferindo os princípios fundamentais de gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, contidos na Lei nº 9.433, de 1997, uma vez que os comitês de bacia e o próprio CERH-RJ haviam sido alijados do processo de sua discussão. Relatou ainda a completa desconsideração dos planos de bacia no processo decisório previsto para a aplicação dos recursos oriundos da cobrança. A Dra. Ninon solicitou registro do constrangimento causado à sociedade civil no estado pela edição dessa Lei. Disse que a cobrança deveria ser um instrumento de gestão e não fiscal. O Dr. Airton destacou a importância da abordagem das questões inerentes ao pacto federativo e da relevância de uma política nacional para a construção do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Indicou que o SINGREH não poderia permitir que os estados tomassem posicionamentos como o trazido pela edição dessa Lei; portanto, mostrou-se favorável a uma análise jurídica mais profunda das competências normativas dos estados e sugeriu que o CNRH poderia encaminhar questionamento ao STF sobre as competências estaduais. Opinou ainda que uma proposta de moção sobre o tema seria uma forma de manifestação menor frente à sua importância. A Dra. Maria Luiza ressaltou a existência de opiniões jurídicas sobre as competências dos estados; disse que a eles caberia legislar na proteção ao meio ambiente, aí inclusa a água. Destacou que as normas gerais das leis nacionais é que deveriam ser observadas pelos estados e salientou que, no caso da edição da Lei nº 4.247, estaria sendo violada a gestão participativa apregoada pela Lei nº 9.433, de 1997. A Dra. Célia Cristina disse que a competência de legislar sobre água é privativa da União, podendo os estados atuar na proteção ao meio ambiente; destacou o caráter complementar das leis estaduais. O Dr. Julio Thadeu disse que as questões levantadas mereceriam debate, mas a CT deveria se ater, nesse momento, à análise da proposta de moção. Após debates, foram feitas modificações de forma e a proposta de moção encaminhada com o parecer favorável da CTIL, conforme **Anexo V**, para deliberação superior da Plenária do CNRH. A Dra. Célia Cristina solicitou registro da sua abstenção de voto. Passou-se então ao item 4 da pauta: análise da proposta de resolução sobre critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados, encaminhada pela CT de Análise de Projeto – CTAP (**Anexo VI**). O Dr. Julio Thadeu, na qualidade de Presidente da CTAP, expôs os trabalhos realizados no âmbito da CT e historiou sobre a presente proposta de resolução, inclusive suas análises anteriores nesta mesma CTIL e inclusões em pautas de outras reuniões do CNRH. Falou sobre as mudanças ocorridas em seu texto em comparação à versão que esteve nesta CT e na Plenária, destacando a incorporação de novas contribuições trazidas principalmente pelos representantes do segmento da indústria, sendo o texto atual motivo de consenso no

âmbito da CTAP. Durante os debates subseqüentes, os questionamentos se detiveram nos incisos do art. 2º. A Dra. Sonáli ponderou sobre sua interpretação de extrapolar o âmbito de bacias e não estados; dessa forma, concluiu, o comitê, mesmo em bacias de domínio da União, deveria ser o primeiro fórum de encaminhamento. Propôs que no § 4º do art. 3º fosse obrigatória a manifestação de conselhos estaduais e comitês em momento anterior à deliberação do CNRH. O Dr. Marcelo fez relato sobre o consenso atingido na reunião da CTAP sobre a proposta ora apresentada; portanto, sugeriu seu encaminhamento à Plenária na forma elaborada na CTAP. Ao final, houve concordância dos presentes; foi solicitada a elaboração de justificativa para acompanhar a proposta de resolução no seu encaminhamento à Plenária. O Dr. Julio Thadeu e a Dra. Célia Cristina se propuseram a tanto (**Anexo VII**). Passou-se em seguida ao item 5 da pauta: análise da proposta de Resolução sobre critérios gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens, encaminhada pela CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR (**Anexo VIII**). Durante os debates, foi destaque o art. 6º, que teve sua redação modificada. A Dra. Célia Cristina solicitou o registro da sua discordância com a redação final desse artigo. Após os debates, foi solicitado o encaminhamento da proposta de resolução, conforme **Anexo IX**, para deliberação superior da Plenária do CNRH, contando com o parecer favorável desta CTIL nos aspectos pertinentes. Foi então proposta pausa para almoço, às 12:30 horas. O retorno ocorreu às 14:40 horas, com a abordagem do item 6 de pauta: estudo do encaminhamento para a análise do Projeto de Lei que “institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos”. O Dr. Julio Thadeu leu o ofício de encaminhamento da matéria (**Anexo X**). A Dra. Adriana indicou que o gerenciamento municipal de recursos hídricos não estaria legalmente previsto; o município somente teria competências ligadas ao meio ambiente e ao uso e ocupação do solo. O Dr. Maurício Brandão informou que o documento seria uma proposta de forma de assistência aos municípios de São Paulo que pleiteiam os recursos do Fehidro. A Dra. Ninon destacou a importância de se capacitar a administração municipal para integrar o gerenciamento de recursos hídricos, tendo em vista sua competência de gestão do uso do solo e a origem municipalista do sistema político nacional. Foi solicitado o encaminhamento do documento para conhecimento da CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH (**Anexo XI**). A Dra. Sonáli destacou pontos do documento conflitantes com os preceitos adotados pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ressaltando, entretanto, a existência de boas idéias relacionadas à integração da gestão do uso do solo com o gerenciamento dos recursos hídricos. Ficou definido que o assunto deveria retornar à pauta da CT após a conclusão dos trabalhos de elaboração das propostas ao PL nº 1.616, observando-se o solicitado pelo Sr. Secretário Executivo do CNRH, no parágrafo 3º do seu ofício: “... solicito-lhe que o documento seja pautado para uma análise jurídica por aquela Câmara (CTIL), que deverá, também, apontar sugestões de atuação dos municípios relativamente à Política Nacional de Recursos Hídricos e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. Ao final dos trabalhos pretendidos no âmbito da CT, deveria ser elaborado memorando com resposta ao Sr. Secretário contendo propostas construtivas e uma visão para a participação mais efetiva dos municípios no SINGREH, tomando-se o cuidado de destacar sua atual participação no âmbito dos comitês. Passou-se então à análise de proposta de moção que solicita providências relativas ao não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB (**Anexo XII**), como item extra da pauta da reunião. O Dr. Rodrigo Speziali, representante da SRH/MMA na CTCOB, compareceu à reunião para encaminhar a matéria. Disse que a proposta seria parte dos esforços empreendidos pela CTCOB relativos ao não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Em sua explanação, contextualizou o momento atual com a recente publicação da MP nº 165, da Portaria nº 45 e a definição de fonte específica no orçamento para abrigar os recursos da cobrança. Em seguida, leu as recomendações trazidas na proposta, explicando cada uma delas. O Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Rodrigo e colocou o assunto em debate. Não houve comentários e o encaminhamento à Plenária foi aprovado por unanimidade, com o texto conforme proposta da CTCOB. Em prosseguimento, passou-se ao debate das propostas ao PL nº 1.616, partindo-se do documento versão de 18/02/2004 (**Anexo XIII**). Os artigos 17 e 26 foram remetidos para discussão no dia de amanhã, condicionados à presença da Dra. Ana Salett, do DNPM, e do Dr. Pedro Poccioni, da ANA. O Dr. Julio Thadeu, referindo-se aos trabalhos encomendados ao GT específico de elaboração

de novos artigos para os capítulos VI e VII do PL, demonstrou seu descontentamento com o não cumprimento da incumbência. A Dra. Ninon ressaltou a importância da implementação, no âmbito da CTIL, de cultura de debate de documentos pela internet. O Dr. Julio Thadeu reiterou a incumbência do GT, solicitando aos membros empenho para sua conclusão e encaminhamento na próxima reunião da CT. Partiu-se então para o debate do art. 48. O Dr. Julio Thadeu opinou que os 7,5% previstos para o pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do SINGREH, conforme art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, poderiam ser insuficientes para tanto. Destacou também o caráter variável da parte proveniente dos recursos arrecadados com a cobrança na própria bacia, em contraposição aos recursos pagos pelo setor hidrelétrico. Dito isso, propôs a inclusão de um novo artigo, com a finalidade de esclarecer esta questão no capítulo do PL reservado às Disposições transitórias, dispondo separadamente sobre a destinação desses recursos provenientes do setor elétrico e os oriundos da cobrança na própria bacia. Solicitou ainda, ao Dr. Maurício Andrés, a verificação da concordância da ANA com o proposto. Ficou acertada a discussão sobre a inclusão desse artigo na próxima versão do documento de propostas. A Dra. Sonáli disse que a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos foi criada pela Lei nº 7.990, de 1989, e sua forma de distribuição estabelecida na Lei nº 8.001, de 1990. Disse ainda que o valor de 0,75% foi acrescido aos 6% inicialmente estabelecidos sobre o valor da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para geração de energia, conforme a Lei nº 9.984, de 2000. Dito isso, esclareceu que o pensamento da CHESF e demais empresas do setor elétrico é de que o setor paga atualmente 6,75% sobre o valor da energia produzida pela utilização de recursos hídricos. Ressaltou entretanto, que tal idéia não seria consenso dentro do segmento. Opinou que a questão merecia uma análise jurídica aprofundada. O Dr. Marcelo destacou a oportunidade de, nesse PL nº 1.616, se esclarecer essa questão. A Dra. Aparecida solicitou registro da sua presença na reunião na condição de convidada, e não como representante do setor de geração de energia hidrelétrica. Em seguida, alertou para o perigo da implementação de uma dupla tributação. Foi solicitada, ao Dr. Marcelo e à Dra. Aparecida, a elaboração de proposta de redação para o art. 48, que altera a redação do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, a ser acrescida na próxima versão do documento de propostas. Foi feita a ressalva para a importância de se deixar explícito que os 6,75% do valor da energia produzida constituem valor pago pelo setor elétrico pela utilização dos recursos hídricos. Passou-se então ao § 3º do mesmo art. 48. A Dra. Aparecida disse que, por questão de isonomia, as PCHs deveriam pagar 0,75% sobre o valor da energia produzida a título de uso da água. Ressaltou que, no entendimento da ANEEL, as PCHs estariam isentas de tal cobrança, uma vez que também seriam isentas de pagamento da compensação financeira. A Dra. Sonáli disse que o setor elétrico se posiciona da mesma forma que a ANEEL, com relação a esse tema. O Dr. Julio Thadeu opinou que as PCHs utilizariam água para a geração de energia e que, portanto, deveriam pagar pelo uso da mesma forma que todo o sistema hidrelétrico. Ao final dos debates, o texto do § 3º do art. 48 foi modificado e a Dra. Sonáli solicitou registro do seu voto de abstenção, face a sua discordância em relação ao encaminhamento dado, e ainda, por entender que o esse artigo deveria ser discutido na reunião conjunta da CTIL e CTCOB, conforme por ela sugerido no início da reunião e acatado pelos demais presentes. Ainda no período, foram discutidos os artigos 50 e 51 do PL. O Dr. Julio Thadeu sugeriu então que se passasse para a discussão dos novos artigos propostos. A Dra. Ninon manifestou seu descontentamento pela ausência de representante da ANA por todo o período da tarde desse dia de reunião. Propôs o envio de ofício ao Diretor Presidente da ANA evidenciando tal fato. O Dr. Marcelo e a Dra. Sonáli endossaram o posicionamento. Face ao exposto e como todas as propostas de novos artigos foram apresentadas pela ANA, os debates sobre o PL foram encerrados nesse momento, às 16:45 horas. Passando aos assuntos gerais, o Dr. Julio Thadeu falou sobre a programação prevista para a Semana da água, que acontecerá entre os próximos dias 22 e 26, contando inclusive com a XIII Reunião Extraordinária do CNRH. Nesse momento, às 17:00 horas, o Dr. Julio Thadeu encerrou os trabalhos desse primeiro dia de reunião da CTIL.

DATA: 12/03/2004

Início: 9:35 h

Término: 18:15 h

O segundo dia da 59ª reunião da CTIL foi iniciado às nove horas e trinta cinco minutos, com a Dra. Adriana assumindo a direção dos trabalhos. Iniciou agradecendo a presença de todos e solicitando, em virtude da atual carga de trabalho no IGAM, sua exclusão do GT encarregado dos capítulos VI e VII do PL nº 1.616. Entretanto, comprometeu-se a prosseguir auxiliando. A Dra. Ninon indicou o nome da Dra. Malu Ribeiro para integrar o GT como representante das ONGs. O Dr. Reginaldo se comprometeu a encaminhar, com a maior

brevidade possível, proposta inicial para redação dos capítulos VI e VII. Em seguida, desculpou-se pela ausência no período da tarde do dia de ontem, motivada por chamado urgente efetuado pelo Dr. Ademar, da PGE da ANA. Solicitou ainda o registro do seu voto contrário à condução à Plenária da proposta de moção encaminhada pela CTCOB. A Dra. Célia Cristina também solicitou registro do motivo da sua ausência no mesmo período, ou seja, um chamado da Diretoria da Agência. O Dr. Julio Thadeu reassumiu a presidência da CT e passou ao debate das propostas para o PL nº 1.616, iniciando pelo art. 17. A Dra. Ana Salett relatou particularidades do procedimento de concessão de lavra pelo DNPM. Disse que o órgão iniciaria suas ações após demanda do empreendedor, o qual tem a responsabilidade da análise de viabilidade econômica. O Dr. Marcelo expôs sua preocupação com a necessidade de se assegurar a disponibilidade de água ao empreendedor no momento da pesquisa. A Dra. Ana Salett ressaltou a obrigatoriedade de um enfoque específico para a água mineral. Disse ainda que o DNPM se restringia a dar a concessão de lavra e que o procedimento de reserva de disponibilidade hídrica não poderia ser similar ao aplicado à ANEEL. A Dra. Francis Priscilla destacou a importância da definição dos momentos da outorga de uso da água e do licenciamento ambiental dentro do processo de concessão de lavra. A Dra. Célia Cristina questionou se a figura da outorga prévia não estaria vindo de encontro aos prazos pretendidos pelo empreendedor. O Dr. Marcelo concordou, mas observou que a questão dos tempos não caberia em uma lei, que deveria ser mais genérica. Os debates prosseguiram e, ao final, foi decidida a proposição de exclusão do art. 17 do PL. A Dra. Ana Salett se comprometeu a encaminhar a justificativa. Em contrapartida, será acrescido um novo parágrafo ao art. 6º versando sobre o tema e procurando esclarecer as especificidades da outorga de uso de águas subterrâneas e da exploração de águas minerais, cuja redação também ficou a cargo da Dra. Ana Salett. Também o artigo 26 foi motivo de debate. Nele foram acrescentados dois novos parágrafos e o Dr. Pedro Pociotti se comprometeu a encaminhar as respectivas justificativas. Passou-se então ao debate sobre a inserção de novos artigos, com base no documento conforme **Anexo XIV**. O Dr. Pedro solicitou a retirada das propostas 1, 15 e 19. O Dr. Ademar, da PGE da ANA, compareceu à reunião para prestar esclarecimentos sobre a ausência de representantes da ANA no período da tarde do dia de ontem. Disse que os representantes foram impedidos de comparecer em função de suas atribuições paralelas. A Dra. Sonáli disse entender a justificativa, mas que fazia a solicitação de maior atenção da ANA na participação nas reuniões, em função também da sua realização em Brasília. O Dr. Ademar solicitou que não ficasse a impressão de omissão da ANA nas discussões em andamento na CT. Em prosseguimento, foram debatidas as propostas de nº 1 a 11, inclusive. O Dr. Marcelo solicitou registro da sua abstenção de posicionamento sobre o texto final da proposta nº 11. As propostas aceitas foram inseridas no documento produto dos debates desta reunião, conforme **Anexo XV**. Em assuntos gerais, o Dr. Byron falou sobre o lançamento, neste próximo dia 15, do Programa de Combate ao Desmatamento da Amazônia, que conta com a participação de 11 ministérios. Às 18:15 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu o empenho de todos e encerrou a reunião.

RESUMO DA REUNIÃO:

- aprovada a ata da 58ª reunião da CTIL;
- agendada reunião conjunta com a CTCOB, para discussão do PL nº 1.616, no período da tarde do segundo dia da 60ª reunião;
- acordada a solicitação de reunião extraordinária do CNRH para tratar exclusivamente das propostas ao PL nº 1.616, com data provável no início de maio;
- aprovado o encaminhamento para deliberação superior da Plenária da proposta de moção referente à Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro;
- aprovado o encaminhamento para deliberação superior da Plenária da proposta de resolução sobre critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados;
- aprovado o encaminhamento para deliberação superior da Plenária da proposta de resolução sobre critérios gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens;
- ficou definido que o Projeto de Lei que "institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos" deveria retornar à pauta da CT após a conclusão dos trabalhos de elaboração das propostas ao PL nº 1.616;

- aprovado o encaminhamento para deliberação superior da Plenária da proposta de moção que solicita providências relativas ao não contingenciamento dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água;
- foi dado prosseguimento à análise das propostas ao PL nº 1.616, de 1999; os debates terão continuidade na próxima reunião, a partir do documento de novos artigos, proposta nº 12;
- reiterada, para a próxima reunião, a solicitação feita ao GT de proposição de novos artigos para os Capítulos VI e VII do PL nº 1.616, de forma a incorporar o estabelecido pela MP nº 165, de 2004.

Ata aprovada na 60ª reunião da CTIL, realizada em 12 e 13 de abril de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator